

### Formulário de Resposta aos recursos - CES S01 AGENTE FISCAL DE OBRAS

Questão	Justificativa	Conclusão (Deferido ou Indeferido)	Resposta Alterada para:
TIPO 1: 32	Mantém-se o gabarito: letra B (I, II, III e IV, apenas). O recurso erra ao tratar “vinculado” como rótulo absoluto do ato inteiro. A afirmativa IV não está dizendo que o ato de polícia é integralmente vinculado em todos os seus elementos. Ela está descrevendo, corretamente, que certos elementos do ato administrativo são sempre vinculados (competência, forma e finalidade) e que a margem de apreciação só pode existir nos pontos em que a lei permite (tipicamente motivo e/ou objeto, inclusive em hipóteses de discricionariedade técnica). Isso não é “contradição”; é a estrutura clássica do ato administrativo: mesmo um ato discricionário continua vinculado em competência, finalidade e forma, e só tem liberdade nos limites legais. É exatamente isso que a IV sintetiza com “nasce vinculado quanto à competência, forma e finalidade” e “margem técnica apenas nos campos permitidos pela norma”. A palavra “incorporando” não cria erro. Ela indica que, além dos elementos sempre vinculados, pode haver espaço de avaliação técnica onde a norma abrir essa possibilidade. Se não houver essa abertura, não há margem. Logo, a IV está correta e não conflita com a III; elas se complementam (III descreve como a discricionariedade deve ser exercida, e IV delimita onde ela pode existir). Portanto, permanece inalterado o gabarito oficial.	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO
TIPO 1: 41	A alternativa C está alinhada de forma direta e típica à Lei 14.133/2021: concurso é a modalidade própria para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, com julgamento por melhor técnica ou conteúdo artístico, realizado por comissão especializada, e com previsão de prêmio/remuneração no edital. A alternativa, ao indicar “seleção de projeto” (espécie de trabalho técnico) e “apreciação de mérito por comissão especializada”, descreve corretamente a finalidade e o modo de julgamento do concurso; o fato de não repetir, na frase, a menção a prêmio/remuneração não a torna falsa, apenas não a descreve de forma	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO

	<p>exaustiva, o que não é exigido pelo comando. A alternativa A, embora mencione uma combinação possível (concorrência admite menor preço e pode ser usada para obras e serviços de engenharia), erra ao “amarrar” como finalidade do critério a “avaliação objetiva do orçamento e das medições previstas”. “Medições” são instituto típico da execução e fiscalização contratual (medir o executado para fins de pagamento), não um objetivo ou parâmetro do critério de julgamento “menor preço”. Além disso, o próprio TCU descreve que o julgamento por menor preço busca selecionar o menor dispêndio para a Administração, observados parâmetros mínimos de qualidade definidos no edital, e não validar “medições previstas”. Assim, na pergunta que exige alinhamento entre modalidade, critério e finalidade adequada, a letra C é a única plenamente consistente, sem deslocar conceitos de execução para a fase de julgamento.</p>		
--	--	--	--